

impulso para a industrialização, mas apenas o acompanhou e empreendeu conduzi-lo.⁷⁴

As formas que a intervenção estatal na economia assume são as mais variadas. Em 1931, surge o Instituto do Açúcar e do Alcool, para atender a uma crise de superprodução que afeta particularmente o Nordeste; são de 1939 o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, órgãos de aplicação direta de dois instrumentos jurídicos de proteção à economia nacional, o Código de Águas e o Código de Minas. Aparece, em 1939, o Conselho Nacional do Petróleo, para o controle do comércio, da pesquisa, da extração e da industrialização do petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas. O Instituto Nacional do Pinho é de 1941. A Companhia Vale do Rio Doce, constituída em 1943, destina-se à extração e exportação de minério de ferro; a Companhia Nacional de Alcalis, criada em 1944, por iniciativa do Instituto Nacional do Sal, destina-se a produzir, a partir do sal marinho, barrilha e soda cáustica, importantes matérias-primas para a indústria química; a Fábrica Nacional de Motores começaria a produzir, em 1946, caminhões pesados; nesse mesmo ano, a Companhia Siderúrgica Nacional, à base da Usina de Volta Redonda, montada durante a Segunda Guerra Mundial, iniciava a produção de aço. Assim, através de uma política de investimentos diretos, o Estado vai dotando o país de importantes complexos industriais, nos setores básicos da mineração, do petróleo adiante, da geração de energia elétrica também adiante, da siderurgia e, finalmente, da química. A política fiscal é a alavanca desses investimentos, conforme já foi observado.⁷⁵

Os índices que marcaram o resultado dessa política foram significativos: o setor das manufaturas, que, em 1940, representava 10,6% do Produto Interno Bruto e concentrava 7,7% da população ativa do país, elevaria essas taxas, em 1960, para 23% e 9,1%, respectivamente; as importações que, em 1949, representavam 25% da oferta interna de produtos intermediários

⁷⁴ "Devemos ter em mente esse quadro de fundo no estudo da industrialização brasileira. Seria um equívoco imaginar que esta derivou o seu impulso principal da ação do Estado. O impulso principal originou-se nas próprias forças econômicas, como decorrência das tensões criadas pela crise do comércio exterior. Na verdade, a ação do Estado foi em grande parte uma resposta a essas tensões, mas o resultado final favoreceu o processo de industrialização". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 23).

⁷⁵ "A análise da industrialização brasileira põe em evidência que, não obstante a orientação desta derivar-se fundamentalmente do processo de substituição de importações, a captação de recursos dependeu fundamentalmente da ação do Estado. Este, além de ampliar as bases da estrutura industrial, colocou à disposição do setor privado uma massa considerável de recursos financeiros. (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 24).